

## Transfobias, lesbofobias e homofobias invisíveis: o que a escola tem com isso?

*Invisible Transphobias, homophobias and lesbophobias: what school has to do with it?*

William Siqueira Peres / UNESP – Assis/SP  
Professor Doutor do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).  
E-mail: pereswilliam@gmail.com

### Pequeno panorama teórico conceitual

As imagens, discursos e significados atuais indicam modos de relações humanas e posições de sujeitos marcadas por transições, transposições e transversalidades que ao invés de situar-se como pós-moderna, talvez seja mais interessante apontá-las como trans-moderna, ou ainda, como trans-contemporânea, o que evidencia crises de paradigmas nas esferas pessoais, sociais, sexuais, raciais/cor, étnicas, geracionais, territoriais e de gênero, que em muito tem contribuído para uma confusão de discursos, valores e sentidos que até então foram construídos por modos de subjetivação normatizadora.

Quando falamos em subjetivação normatizadora estamos nos referindo a processos de lineamentos duros que participam da tessitura dos sujeitos, marcados por regimes de verdades que determinam os modos como as pessoas devem viver, relacionar, amar, falar, estabelecendo os padrões normativos que em uma perspectiva fabril e serializada as pessoas serão moldadas e constituídas como exército de manutenção e reprodução das ordens dadas pelas vias do biopoder.

O biopoder, segundo Michel Foucault (1988), diz respeito a uma mudança de paradigma a respeito dos modos de governar as pessoas e a si mesmo, uma transição do modo soberano de governo, quando diante de uma ameaça externa convoca uma guerra, impondo aos seus súditos a defesa do estado, exercendo direito indireto sobre suas vidas, podendo inclusive matá-lo diante de suas negativas de obediência e servidão.

A partir da idade clássica, os mecanismos de poder no ocidente passam por transformações. O poder que até então barrava e destruíra, passa a funcionar como um poder destinado a produzir forças: o direito de morte se desloca para um poder gerador de vida. Nesta nova metodologia de governar, Michel Foucault (1988:129) nos adverte que “o poder se situa e se exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população”, e seguindo essa lógica, atua também sobre os corpos, os sexos, as sexualidades, o gênero, desejos e práticas.

Surgem assim diversas tecnologias de controle e de regulação sobre os corpos e seus prazeres, que aliados às tecnologias de segurança reduzem as expressões humanas a um modelo prévio estabelecido por padrões de normalidade restrita à imagem do homem branco, mediano, produtivo, heterossexual, macho e viril, seguido em escala inferior de valor, a mulher branca, mediana, contida, heterossexual, fêmea, passiva e submissa.

Buscando clarificar a idéia de tecnologia e suas práticas conforme apontamos acima, Teresa de Lauretis (2000) a define como

[...] um conjunto de técnicas para maximizar a vida, desenvolvida e deslocada pela burguesia a partir do final do século XVIII com o propósito de assegurar sua sobrevivência como classe e a manutenção de sua hegemonia. Tais técnicas tratam a elaboração de discursos (classificações, medidas, valorações, etc.) em torno de quatro figuras ou objetos do conhecimento privilegiados: a sexualização da infância (*combate ao onanismo*), a regulação do corpo feminino (*medicalização do desejo*), o controle da procriação (*programas de esterilização*) e a psiquiatrização do comportamento sexual perverso (*práticas de cura e de redenção das sexualidades e gêneros dissidentes*). Estes discursos se efetivariam através da pedagogia, da medicina, da demografia e da economia, apoiando-se nas instituições do estado, concentrados especialmente sobre a família (LAURETIS, 2000:47).

Seguindo essa lógica, tais tecnologias estariam a serviço da manutenção e defesa do modelo heterossexual imposto como modelo único relacional e compulsório e de um regime de verdade que toma os sistemas de pensamentos formatados pelas lógicas binárias, universais e falocêntricas. Estes regimes de verdades também atuam junto ao sistema sensorial humano que atua nos modos de percepção, sensação, cognição e ação, regulando as sensibilidades e os processos desejantes. Essa manutenção e defesa do modelo heterossexual foi denominada por Adrienne Rich (1986) como “heterossexualidade obrigatória”, tomado aqui como uma linha de subjetivação, que segundo a autora, se sustenta devido

El supuesto de que 'la mayor parte de las mujeres son heterosexuales de forma innata' permanece como un obstáculo teórico y político para el feminismo. Continúa manteniéndose como un supuesto en parte porque la existencia lesbiana se ha escrito fuera de la historia o se la ha catalogado como enfermedad, en parte porque se la ha tratado como excepcional más que como intrínseca, en parte porque reconocer que, para las mujeres, la heterosexualidad puede no ser una 'preferencia' en absoluto sino algo que ha tenido que ser impuesto, gestionado, organizado, propagado y mantenido a la fuerza, es un paso inmenso a dar si te consideras heterosexual 'de forma innata' y libre (RICH, 1986:65).

Como efeitos dos modos de subjetivação normatizadores têm-se a emergência de indivíduos com identidades fixas, com papéis sexuais e de gênero bem definidos, com discursos ascéticos e moralistas que não suportam nada que defira de si mesmos, tornando-se policiais da ordem e dos bons costumes, sentindo-se muitas das vezes no direito de estigmatizar, discriminar, violentar, excluir e até mesmo matar as diferenças em suas expressões de dissidências à ordem normatiza e regulatória. Trata-se de estratégias usadas por alguns para sobrepor-se aos outros, e que de forma sutil constitui o que Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996) chamaram de "micro-facismos".

A disciplinarização dos corpos e a regulação de seus prazeres contam ainda com outra ferramenta do biopoder que se chama sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, que pode ser clarificado pelos estudos realizados entre outras por Gayle Rubin (1984) e Judith Butler (2003b).

Na leitura de Gayle Rubin (1986), inicialmente a autora define o sistema sexo/gênero como o "conjunto de medidas mediante o qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (RUBIN, 1993: 02).

Este sistema sexo/gênero apresentado por Gayle Rubin vem de encontro aos questionamentos sobre a tendência essencialista de naturalizar e igualar as relações de gêneros, assim como a própria sexualidade, como sendo da ordem reprodutiva e instintual. A autora nos adverte que esse sistema ainda é determinante nos modos de classificações usados sobre as expressões e práticas sexuais, propondo rompimento com essas abordagens, de modo a tomar as sexualidades e os gêneros como conseqüências das transformações sociais, pois "*sexo como o conhecemos – identidade de gênero, desejos e fantasias sexuais, conceitos de infância – é, em si mesmo, um produto social*" (RUBIN, 1993:05).

Para Judith Butler ao sistema sexo/gênero seriam agregados outras dimensões de regulação que caracterizariam o sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais e que seria regido por uma matriz heterossexual, entendida como "grãde de inteligibilidade cultural por meio dos quais corpos, gênero e desejos são naturalizados" (BUTLER, 2003b, 215-16).

De modo clarificador o sexo remetaria à ordem biológica de composição dos órgãos genitais internos e externos, enquanto o gênero diria respeito à "estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser" (BUTLERb, 2003:59), que por sua vez determinaria os modos desejantes e as práticas sexuais restritas ao universo heteronormativo.

Através dessa determinação imposta por esse sistema todo um conjunto de inteligibilidade se faz preciso para determinar padrões de corporalidades, figurações e discursos reconhecidos como verdadeiros e absolutos. Do contrário, não há reconhecimento de legitimidade enquanto marca do humano. Haverá que se ter reconhecimento e inteligibilidade diante das marcas de sexo, gênero, desejo e práticas sexuais.

Seguindo a reflexão dada por Judith Butler (2003b:38): "gêneros inteligíveis são aquele que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejos". Seguindo essa lógica qualquer expressão de dissidência dessas determinações,

são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituídos e a 'expressão' ou 'efeito' de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2003b:38).

Através do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais uma pessoa ao nascer com sexo genital de macho, seu gênero será masculino, seu desejo será heterossexual e sua prática sexual ativa, caso nasça com sexo genital de fêmea, seu gênero será feminino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual passiva; qualquer expressão sexual e/ou de gênero que escape a essas determinações não será reconhecida por esse sistema e será mantido na invisibilidade, como abjeto, e se acaso for percebido como existente dificilmente ganhará status de humano e ocupará o lugar de monstruosidade, massacrado por estigmas e discriminações, violências e exclusão.

A abjeção se incumbe da desapropriação de qualquer reconhecimento ou direito que um ser humano possa ter devido inexistir para a inteligibilidade lógica das compreensões normativas, ou seja, sem visibilidade não é reconhecido como sujeito, se não é sujeito não existe, logo, não pode ser tomado como ser de direitos. Situa as pessoas no interstício entre corpos que parece não ter importância devido a suas dissidências frente ao normativo, e corpos que importam enquanto marcadores das fronteiras da normalidade.

Para as leis, contratos e instituições disciplinares as pessoas abjetas e/ou dissidentes situadas na invisibilidade mantém uma ambiência institucional ilusória no qual o controle e a eficiência administrativa encobrem a realidade e se furta do compromisso de colocar em discussão questões difíceis de serem problematizadas e que deveriam ser enfrentadas pela escola, tais como o uso indevido de drogas, as ações de violências, as pessoas marginalizadas por classe, sexo, gênero, raça/cor, geração, ou por ser LGBTTTI (lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, transgênero, intersexo).

Em concomitância com os processos de subjetivação normatizadores, que fabricam indivíduos em série e em escala fabril, encontramos outros modos de subjetivação que favorece a emergência de sujeitos criativos, configurados por outras dimensões da vida que fluem por outras lógicas que ao invés de tomar a pessoa como indivíduo, como uma unidade acabada e totalizada, toma a pessoa como múltipla, diversa e descontínua como expressão da *diferença das diferenças*, em construção permanente.

Trata-se de pessoas que apresentam posições diferenciadas diante do caldo normativo e que ousam inventar outros possíveis, outras formas de existir, evidenciando que o ser humano é múltiplo, polifônico, diverso e habitado por um infinito leque de possibilidades que demarcam expressões sexuais e de gêneros nos seus mais diversos matizes de beleza, cores e brilhos. Estas seriam fabricadas por processos de subjetivação singularizadores e permitem que as pessoas possam ser variadas e descontínuas, sem perder o status de humano e de humanidade.

Essas dimensões que ora normatiza, ora singulariza possibilidades existenciais, abre precedentes para que a escola e seus operadores coloquem em análise a real função da educação acadêmica, de seu compromisso com a formação em cidadania, de respeito às diferenças e de defesa dos direitos se-

xuais e humanos; de construir um mundo melhor em que as pessoas possam respeitar e se solidarizar com a emergência de novas expressões sexuais e de gêneros que freqüentam ou que gostariam de freqüentar os bancos escolares.

Seguindo nesta perspectiva em que tantas questões se mostram urgentes para a escola — problematizar drogadição, DST/HIV/AIDS, violências, pobreza, miséria, estigmas, preconceitos, sejam nas esferas pessoais, sejam nas esferas sociais, políticas e/ou culturais — propomos colocar em análise a emergência da prática do *bullying*, em especial o *bullying* lésbo/homo/transfóbico, quer nas relações entre aluno/aluno, aluna/aluna, aluno/aluna, aluna/aluno quer nas relações entre operadores(as) educacionais/alunos(as), operadores(as) educacionais/operadores (as) educacionais.

No caso específico da comunidade escolar, a prática do *bullying* vem cada vez mais se tornando freqüente. Cléo Fante (2005:28-29) define o *bullying* como

Um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais (FANTE,2005:28-29).

De modo geral e ampliado quando falamos de *bullying* estamos falando de preconceito, discriminação e violência que podem ocorrer nas relações entre as pessoas, tanto dentro como fora dos muros escolares, produzidos por marcadores de classe, de raça/cor, de sexo, de gênero, de geração, de território, enfim, por estéticas que não coincidem com os modelos normativos centrados na imagem de homem, branco, burguês, heterossexual, macho e viril, que na maioria das vezes não reconhece as mulheres e nem os dissidentes LGBTTTI como sujeitos de desejo e de direitos, reificando e reproduzindo dentro das escolas as mesmas formas de exclusão que essas pessoas vivem em outros espaços sociais.

No caso específico de discriminações e exclusões voltadas para a população LGBTTTI, estaremos falando de *bullying* lésbo/homo/transfóbico; de especificidades de expressões sexuais e de gênero que nem sempre as escolas conseguem ter bom convívio, respeito e solidariedade, quer por seus operadores serem muito preconceituosos, quer por seus programas de ensino estar

comprometidos totalmente com as lógicas heteronormativas e falocêntricas, quer por sua perda de referencial da laicidade.

As práticas do *bullying* contra LGBTTTI tem sido executadas desde formas sutis, tais como piadinhas, risadinhas, comentários irônicos e depreciativos, recados em portas de banheiros, até atingir níveis de violação e violências, como perseguição, ridicularização, humilhação e intimidação pública, agressões físicas, isolamentos.

Essas práticas produzem vulnerabilidades sociais e psicológicas que Didier Eribon (2001) problematiza através do que ele chama “a experiência da injúria”, fornecendo-nos a ilustração:

[...] viado sujo, sapatão suja não são simples palavras emitidas casualmente. São agressões verbais que deixam marcas na consciência. São traumatismos mais ou menos violentos que se experimentam no instante, porém que se inscrevem na memória e no corpo (porque a timidez, o mal estar, a vergonha são atitudes corporais produzidas pela hostilidade do mundo exterior). E uma das conseqüências da injúria é moldar as relações com os demais e com o mundo. E portanto, perfilar a personalidade, a subjetividade, o ser mesmo do indivíduo (ERIBON, 2001:29).

A experiência da injúria de base lesbofóbica, transfóbica e homofóbica presente nas práticas do *bullying* atinge diretamente a consciência das pessoas vitimizadas, destruindo a crença em si mesma, na medida em que a intensidade que as atingem as transforma em abjetos, se enfraquecem e cedem à tormenta que os constituem como uma nova expressão existencial: os(as) sujeitos(as) do *bullying*.

A homofobia vem sendo definida por vários autores, a exemplo de Daniel Borrillo (2001), por Didier Eribon (2001), por Olga Viñuales (2002) como manifestação de repulsa, ódio e nojo de uma pessoa para os homossexuais. Por outro lado, John Boswell (apud Borrillo, 2001) problematiza que o termo homofobia encontra uma tradução mais adequada como “temor ao seu semelhante”, e por este motivo, prefere o uso do termo *homosexofobia*, a qual considera mais adequado.

Para Daniel Borrillo (2001), a homofobia teria duas dimensões: uma dimensão afetiva/emocional que manifesta repulsa aos homossexuais e uma dimensão cultural que rechaça a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Segundo esse autor essas dimensões (afetiva e cultural) clarificariam

a respeito de situações bastante comuns, em que algumas pessoas “toleram” conhecidos(as) e amigos(os) LGBTTTI, mas não concordam e/ou defendem políticas de igualdades de direitos.

Haveria um paralelo possível de associar a homofobia com o racismo, considerando que a prática do racismo efetua-se através do sentimento de superioridade do branco sobre o negro, enquanto na homofobia temos a expressão do sentimento de superioridade dos heterossexuais sobre os homossexuais, caracterizando o que podemos chamar de “sexismo”.

De modo concomitante, a homofobia também pode ocorrer entre os próprios homossexuais, dada a variação de estéticas e narrativas que compõem as homossexualidades, as diversas formas de expressar a homossexualidade, e que, quando associada a outra marca estigmatizante – classe, raça/cor, gênero, geração, estética, deficiência física e/ou sensorial, etc. – intensifica a experiência da exclusão.

A homofobia quando interiorizada (no armário), encarrega-se por produzir baixa auto-estima, sentimentos de insegurança, ansiedades, inibições intelectuais, afetivas e sexuais, dificuldades de socialização, fechamento em si mesmo, e em ultima conseqüência, tentativas de suicídio. A esse respeito nos aponta a mexicana Marina Castañeda:

A homofobia interiorizada não tem fim: ela ressurge, sobre diferentes formas, ao longo do ciclo vital. Complica a percepção que o homossexual tem de si mesmo e dos outros; colore todas as suas relações interpessoais assim como o seu projeto de vida e sua visão de mundo. Constitui provavelmente a diferença subjetiva mais importante entre homossexuais e heterossexuais. A palavra “homofobia” significa medo ou rejeição da homossexualidade. Esse medo pode parecer instintivo, como o medo do fogo, mas não o é. Constitui mais um fenômeno cultural que está longe de ser universal, e que reveste diferentes formas e significações segundo o contexto (CASTAÑEDA, 1999:71).

Ainda voltado para a terminologia, queremos esclarecer que a idéia de homofobia tem muito mais proximidade com as pessoas marcadas por especificidades que produzem corporalidades, figurações e narrativas que dizem respeito a processos de subjetivação normatizadores que produzem sujeitos homens gays. No caso de mulheres lésbicas, suas especificidades enquanto corporalidades, figurações e discursos, propõem o uso da palavra *lésbofobia*, definido pelo Dicionario gay-lésbico de Félix Rodríguez (2008:250) como posição *que mostra fobia ou aversão às lésbicas*. Já para as travestis e transexuais,

pelo mesmo modo de especificidades que lhes são próprias, recomenda-se o uso da palavra *transfobia*, problematizada e definida por Louis-Georges Tin:

Assim como os homossexuais, homens ou mulheres foram objetos de homofobia, os/as transexuais, transgêneros, travestis, drag queens ou drag kings são alvos de tratamentos discriminatórios. Essas populações não se definem, a priori, em função de uma sexualidade específica, não se trata aqui de propriamente falar da adoção de uma forma de sexualidade humilhada pelo modelo heterossexual que constituem o disparador de reações de rejeição ou de exclusão. Entretanto, a relação entre sexo, gênero e aparência sobre a qual essas identidades se constroem, contribuem para estremecer as referências de ordem heterocentrista, a transfobia exprime a hostilidade, a aversão sistemática, mais ou menos consciente, em respeito a esses indivíduos os quais a identidade confunde os parâmetros dos papéis sócio-sexuais e transgride as fronteiras entre os sexos e entre os gêneros. [...] A expressão da transfobia, reveste-se, de fato, de formas muito similares àquelas da homofobia; mas ela comporta igualmente especificidades que correspondem às particularidades dos grupos específicos. Sua tradução é mais brutal e a mais evidente é sem dúvida a violência física e a intimidação (TIN, 2003:406-409).

A pesquisa recente realizada por Fernando Teixeira Filho (2009), a respeito de tentativas de suicídios por adolescentes LGBTTTTI (lésbo/trans/homo-suicídio), em decorrência de vivências lesbofóbicas, homofóbicas, transfóbicas e/ou por homofobia e lesbofobia internalizada, mostrou ter encontrado os mesmos resultados anteriormente apresentados por pesquisas internacionais, que apontam que em cada dez adolescentes entrevistados em situação escolar, três já havia pensado, ou tentado suicídio em decorrência de sua orientação sexual ser LGBTTTTI.

Outras pesquisas como as realizadas por Luiz Mott (2010) a respeito da população LGBTTTTI em geral vêm denunciando que, no Brasil, a cada dois dias, um(a) LGBTTTTI é cruelmente assassinado nas mais diversas regiões de nosso país.

## Cenas de Violências Anunciadas: os corpos que não importam

Como disparadoras de problematização a respeito de situações muitas vezes inusitadas no espaço escolar, apresentamos algumas cenas/situações para reflexão:

Cena 1 – uma menina bastante masculinizada é agredida fisicamente por um grupo de outros meninos, no fundo da sala de aula, e a professora interpela apenas dizendo para que eles não façam barulho;

Cena 2 – um menino com trejeitos homossexuais é violentado no banheiro da escola por outros colegas, que o violentam e o estupram, deixando o mesmo caído no chão. Ao ser encontrado pela servente é levado à diretoria e é castigado com suspensão das aulas por três dias;

Cena 3 – Na reunião de pais de uma escola, uma das mães se apresenta como sendo uma travesti, responsável pela educação e cuidados de seu filho;

Cena 4 – Uma professora da escola convida seus/suas colegas para a festa de seu casamento com sua companheira;

Cena 5 – Dois meninos são pegos em flagrante fazendo sexo oral atrás do prédio da escola.

Cena 6 – Um colega de profissão participa a escola que deixará de ser “ele” e se tornará “ela” em decorrência de sua cirurgia de mudança de sexo.

Cena 7 – Duas meninas insistem em trocar carinhos e andarem de mãos dadas por toda a escola no horário do recreio.

Acredito que muitos operadores educacionais já devem ter ouvido histórias e/ou presenciado cenas afetivas, amorosas e/ou sexuais entre meninos ou entre meninas que estudam nas escolas que trabalham, e diante disso, podemos problematizar:

– Que tipo de atenção, de esclarecimentos e encaminhamentos a escola tem produzido e reificado a respeito de posicionamentos éticos, estéticos e políticos, assim como, teórico-metodológicos para, com e sobre a população LGBTTTTI?

Rogério Junqueira (2009), organizador e co-autor do livro “Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas”, logo na introdução, problematiza que a escola tem ocupado lugar de opressão, discriminação e preconceitos, quando não de violência sobre milhões de pessoas LGBTTTTI.

Como espaço de segregação das diferenças sexuais e de gênero as escolas na maioria das vezes contribuem para que as pessoas internalizem a homofobia/lesbofobia/transfobia, desenvolvam auto culpabilização, tenham suas auto-estimas rebaixadas, tenham crises de angústias, desenvolvam depressões, se auto-excluam dos espaços públicos, tornem-se pessoas inseguras, evasivas e

impotentes, ou ainda, como modo de defesa tornem-se agressivas e violentas frente aos ataques do *bullying*. De modo complementar, podem contribuir para que essas mesmas pessoas tenham problemas de aprendizagem e/ou abandonem seus estudos, reificando os bolsões de desigualdades sociais, sexuais e de gênero, assim como o exército da marginalidade.

Notável é que nem sempre as pessoas vitimizadas pelo *bullying* homofóbico, lésbofóbico e/ou transfóbico tem consciência do “porque” estarem sendo alvos dos ataques terroristas sobre si, entrando em uma dimensão de *nonsense*, de confusão mental, e quando tem noção da situação acreditam serem pessoas erradas e por isso passível de punição.

Diante dessas assertivas lembramo-nos de uma transexual entrevistada que ao ser perguntado sobre suas lembranças da escola afirma:

Da escola, eu lembro das torturas. Torturas que estavam presentes nos olhares e risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava grosserias: ‘seu viado, vê se cria jeito de homem, seu safado, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se requebrando’. Quando eu via aquele guri eu entrava em pânico e pensava: meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo? Enquanto ficava nas ameaças eu agüentava, mas o pior foi quando ao sair da escola, eu levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim eu ainda agüentei muito até terminar a oitava série. Depois disso, nunca mais quis saber de escola (PERES, 2009:252).

Ao ouvirmos seu relato perguntamos a respeito das sensações que sentia por essa ocasião, quando a mesma complementa:

Ah! Eu ficava sempre escondida com muito medo, ficava sem força porque achava que tinha alguma coisa ruim comigo, porque era só comigo que eles brigavam, era só comigo que eles gozavam, e como eu era pobre e ninguém me defendia eu achava que estava errada, eu só chorava [...] esperava dar o sinal de entrada do recreio para poder ir ao banheiro, porque se eles me pegavam no banheiro poderia ser pior! (anotações pessoais)

Outra cena que ilustra o cotidiano escolar do *bullying* homofóbico é apresentada pelo relato de um jovem gay:

Minha mãe não entendia o porquê da minha fuga da escola. Ela sabia que eu era muito inteligente e que aprendia muito mais rápido do que todos os meus irmãos e do que os alunos de sala de aula. Ela não sabia o que eu passava com os meninos nos pátios e nas filas. No banheiro eu nem ia pois todos me passavam

a mão e ficavam a exibir a genitália para mim. Os professores faziam algumas piadas e eu servia de referência para as gargalhadas. Me chamavam de nomes de que eu não gostava e nem permitia, mas gritavam em coro e eu morria de vergonha e ódio. A minha maior raiva era que a minha mãe e meus irmãos, pois eu não tenho pai, me chamavam também dentro de casa dos mesmos nomes que eu era chamado na escola. O meu irmão mais velho me mostrava a genitália e pedia para eu tocá-la com a mão e com a boca. Eu era forçado e fazia. Morria de medo, mas com meu irmão era dentro de casa, mas, na escola, eu ficava apavorado e dizia para as pessoas que eu não era viado, mariquinha, boiola [...] Eu não queria ir na escola, mas a minha mãe me obrigava, me batia, me infernizava a vida e eu tinha de ir. Passei a mentir que ia e não ia mais, ficava perambulando pela rua com os livros e cadernos dentro da pasta. Tinha saudades da escola, mas ninguém me defendia lá. Os mais machistas me batiam e a escola não fazia nada. Sai da escola, minha mãe desistiu de me mandar para lá, e, até hoje, não consegui terminar meu primeiro grau. Parei na quinta série. Escola para mim era sinônimo do inferno (ALMEIDA, RIOS; PARKER, 2002:24)

Outra cena ainda traz o relato de outro jovem gay, mas que conseguiu se impor diante do *bullying* homofóbico:

A escola para mim? Nada a reclamar, apesar da tonelada de piadas para o meu lado. Vinham gracinhas de todos os lados, inclusive dos professores, os quais me pegavam de Judas para sentar o pau nos homossexuais. Às vezes eu me aborrecia com os excessos, mas logo me impunha e perguntava: essa piadinha é para mim? Pois, caso seja, eu vou logo falando quem já fez sexo comigo no banheiro, no mato, nas casas. Lembro que era um silêncio só. Não era fácil aquela cena não, mas ninguém me tocava; eu é que chamava, quando queria, fazia com quem eu queria e coitado de quem me encostasse a mão ou em mais uns três outros gayzinhos de lá, os quais sofriam demais nas mãos dos meninos machinhos [...] alguns, no início, queriam me fazer de capacho, mas fui logo mostrando o meu lado de macho e aí eles viram que o boiolazinha também podia comê-los na porrada (ALMEIDA, RIOS; PARKER, 2002:27).

São muitos os relatos das experiências vividas por pessoas LGBTTTI que poderíamos citar, desde nossas anotações em cadernos de campo, quanto de outros autores que problematizam essa realidade, mas acreditamos que essas cenas são suficientes para que possamos problematizar a respeito das relações construídas pela intersecção escolas e população LGBTTTI

## Problematizações a respeito da relação escolas – população LGBTTTI

Entre as inúmeras questões que atravessam o universo existencial da comunidade LGBTTTI, gostaríamos de evidenciar alguns apontamentos para problematizar. Um primeiro apontamento possível nos leva a encontrar obs-

táculos nos modos de produção do pensar e do sentir trans-contemporâneos, marcados intensamente pela filosofia platônica que impõe um modelo único de verdade, um modelo absoluto para que seja reproduzida a boa cópia.

O estabelecimento de binaridades apenas contribui para as cristalizações de identidades que se fecham em si mesmas e não permitem questionamentos e/ou abertura para outras possibilidades de existência que defiram de si mesmos. Encontramos aqui as oposições binárias entre o masculino e o feminino, a heterossexualidade e a homossexualidade, o certo e o errado, o normal e o patológico, o pecado e o virtuoso, enfim binarismos que enfraquecem a vida e fazem dela uma normatização opaca e cristalizada, forças contra a vida.

A rigidez e a intensidade com que as binaridades atuam fazem com que as pessoas se fixem em padrões de verdade e se viciem em identidades, levando-as a entrar em uma zona de turbulência e de ‘nonsense’ diante da expressão de desejos e realização de práticas que não se adéqüem às normas estabelecidas. Trata-se do estabelecimento de confusão mental em que os modelos dados não correspondem às necessidades pessoais e singulares de suas atrizes e seus atores, forjando uma vida dentro do armário, contraditória frente às suas aspirações e promotora de sofrimento psicossocial e infelicidade.

Talvez, uma saída possível esteja na flexibilização dos saberes e poderes que nos atravessam o tempo todo, de modo a dirigir nossa atenção para o diferente, o efêmero, a inclusão e a solidariedade. Para além da sexologia, é preciso que tomemos as sexualidades diferentemente de estruturas, personalismos e energias, para tomá-las como fluxos de desejos, sempre intempestivos e singulares. Como aponta Gilles Deleuze, em parceria com Claire Parnet (1998) no livro “Diálogos”: “a sexualidade só pode ser pensada como um fluxo entre outros, que entra em conexão com outros fluxos, se metamorfoseando de acordo com as conexões possíveis dentro de uma perspectiva rizomática infinita”.

Essa flexibilização diz respeito a um longo processo de abertura e respeito para com as diferenças, de diálogo e aceitação dos modos de existir no mundo que não coadunam com nossas crenças, valores e temores, assim como, com o repertório adquirido sobre tudo aquilo que passamos um dia a acreditar como verdadeiro e absoluto. Se não conseguimos aceitar o diferente, precisamos criar dispositivos para que possamos vir a respeitá-lo.

Uma chamada importante para a problematização das novas expressões sexuais e de gêneros que nos deparamos na atualidade solicita uma cartografia a respeito das forças que engendram novos modos de corporalidades, relações e prazeres, os quais por sua vez forjam a produção de novas dúvidas, e que por sua vez, enunciam novas questões. Cada vez mais podemos perceber o grande arco-íris de sexualidades e de gêneros que se multiplica e se expressa nas expressões LGBTTTI, que estabelece novas conexões e possibilidades de encontros afetivos, amorosos, sexuais, financeiros, marginais. Encontros que expressam modos de vida que ora nos fascinam, ora nos amedrontam, porque de certa forma nos colocam em contato com dimensões em nós nunca percebidas até então, quando entramos em uma zona de indiferenciação em que nos tornamos confusos, inseguros e preconceituosos. Não sabemos o que fazer diante do outro que coloca em cheque os nossos valores e referências.

Um segundo pressuposto que gostaríamos de colocar em análise, diz respeito ao princípio de universalização, que homogeneiza a todos os gays, lésbicas, travestis e transexuais como se fossem todos iguais, sem distinção, produzindo generalização.

Quando nos referirmos à heterossexualidade, homossexualidade, lesbianidade, travestilidade, transexualidade, bissexualidade e intersexualidade, devemos fazer referências no plural, ou seja, não podemos tomar um modo de ser homossexual, um sujeito homossexual e transformá-lo numa matriz de repetição reprodutiva, de modo fabril, em que todos os homossexuais seriam vistos como cópias de uma única matriz. Por isso a importância de falarmos em homossexualidades, e na medida do possível, cartografar as diversas linhas e traços que compõe aquele modo específico e singular de ser gay/lésbica/travesti/transexual/bissexual/intersexo, com seus atributos de classe, sexo, gênero, raça/cor, geração, nacionalidade, etc.

Aprendemos com Michel Foucault (1978) que ninguém pode ser tomado como modelo para comparação com outra pessoa, é preciso problematizar a respeito dos componentes de subjetivação que constitui esse modo de ser, ou ainda, para continuar na cumplicidade com Foucault, que componentes contribuem para a construção de uma “estilística da existência”.

Ao nos referirmos à homossexualidades, lesbianidades, travestilidades, transexualidades e intersexualidades no plural, estamos propondo que exis-

tem muitos modos de serem LGBTTTI no mundo, com variações nas quais poderíamos apontar algumas mais evidentes: estéticas, trejeitos, maneirismos, posturas corporais, timbre vocal. Isso nos remete a letra de uma velha canção cantada por Elis Regina (1979): “as aparências enganam aos que odeiam e aos que amam, porque o amor e o ódio se irmanam na fogueira das paixões”.

Aqui gostaríamos de pontuar um terceiro pressuposto: o da violência estrutural sobre a comunidade LGBTTTI.

Como ponto de partida, vamos tomar a idéia da inserção de uma pessoa junto a um contexto de valores, imagens, signos, significados; logo, de processos de subjetivação marcadamente organizado pela matriz heterossexual (processos de subjetivação heterossexista - heteronormativo), com modelos rígidos de gênero, organizados através de relações de saberes e poderes centrados no falocentrismo e na heterossexualidade compulsória. A ordem está dada: todos deverão ter claro o que é ser homem e ser mulher, todos devendo ser heterossexuais, constituir família, procriar, defender a intimidade e submeter-se a biopolíticas disciplinares e regulatórias do Estado.

Os processos de normatização irão constituir identidades fixas e rígidas centradas nas premissas da heteronormatividade, impossibilitando que as pessoas que sentem desejo e amam pessoas do mesmo sexo, tenham tranquilidade e clareza para que possam ter uma homosocialização positiva. A partir do momento que uma criança ou adolescente percebe que tem desejos e vontades que diferem de seus colegas de sexo e de gênero, tende a retrair-se e a distanciar-se dos mesmos e do mundo, primeiro porque se encontra completamente destituído de modelo e referencia identificatória, e, segundo, ao conseguir significar seu desejo e sua prática sexual como LGBTTTI, sentindo o entorno hostil e discriminatório, produzindo uma auto-imagem negativa que dá início à formação de uma homofobia internalizada, podendo muitas das vezes chegar às vias do suicídio.

Impedido de poder ser o que pode ser, sente e deseja, muitas vezes não consegue interlocução com a família e nem com a escola, tendo que descobrir sozinho, ou ter a sorte de um amigo de mesma pertença, para poder dividir sua angústia e sua dor, mas também, para poder falar de seus desejos, sonhos, projetos, amores e paixões.

Temos a eclosão do início de um longo processo de estigmatização, discriminação e exclusão que ganhará picos de intensidades de acordo com a

qualificação e status de sua homossexualidade, dos modos como se posiciona e se expressa em sua comunidade, demarcando seus níveis de vulnerabilidade diante das marcas estruturais a serem experimentadas. Assim, um homossexual rico, será menos discriminado do que um homossexual pobre; uma lésbica branca será menos discriminada que uma lésbica negra; um gay “mais discreto”, será menos discriminado que um gay “mais afeminado”; uma transexual “educada e feminina”, será menos discriminada que uma transexual “barraqueira”; uma travesti jovem, será menos discriminada que uma travesti idosa.

Em consonância com o pressuposto da universalização da homossexualidade, temos outro pressuposto quase colado ao mesmo, que diz respeito à confusão de gênero.

As referências sobre os significados e os valores atribuídos às categorias de masculino e feminino, sempre foram marcadas por fortes influências essencialistas que os associavam às características sexuais, limitados a uma perspectiva biológica, centrada na fisiologia do aparelho reprodutor e da filosofia moral.

Guacira Lopes Louro (1997) em consonância com outras autoras e outros autores, vem demonstrando que não seria exatamente as características sexuais biológicas, mas a forma como essas características são representadas e valoradas, os significados sociais e culturais que vai constituir, efetivamente, o que são masculinidades e o que são feminilidades. Para compreender as relações estabelecidas entre homens e mulheres em uma sociedade, ao invés de se importar com seus sexos, é preciso mapear/cartografar tudo o que socialmente e culturalmente foi construído sobre eles. Não podemos nos esquecer que o sexo está entre as pernas e as sexualidades e os gêneros se encontram entre as orelhas.

No cenário contemporâneo, as referências disponíveis sobre gêneros começam a perder seus sentidos, tendo seus contornos borrados e seus significados desmanchados: os gêneros estão em chamas. Uma confusão nos códigos de inteligibilidade começa a ser estabelecido e leva muitas pessoas a ficarem confusas: O que é ser homem? O que é ser mulher?

Para avançar um pouco na busca por clarificações, é importante entender a diferença entre gênero, identidade sexual e orientação sexual.

A identidade sexual diz respeito à definição do que é ser homem ou ser mulher, com base nas características biológicas dos órgãos genitais externos e



internos e sua capacidade reprodutiva. Diz respeito à fisiologia do aparelho reprodutor, o que por sua vez se orienta por referências que se centram no corpo físico positivista. Mas, preferimos entender que as pessoas podem exercer a sua sexualidade de diferentes formas e viver seus desejos e prazeres corporais de muitos modos. Suas expressões sexuais seriam produzidas de acordo com a forma que vive suas sexualidades com parceiros e parceiras do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiras e parceiros.

A orientação sexual diz respeito à produção do desejo que pode se expressar através de práticas/posturas homossexuais, heterossexuais, bissexuais, transexuais, pansexuais, etc.

Paralelamente e de modo complementar, temos a emergência das identidades de gênero, que preferimos tratá-las como expressão de gênero, produzidas nas e pelas relações humanas sócio-historicamente constituídas que garantiriam identificações das sujeitas e dos sujeitos com os processos de masculinidades e de feminilidades. Em uma perspectiva foucaultiana poderíamos dizer da emergência de um dispositivo de gênero.

Este dispositivo de gênero em interface com o dispositivo da sexualidade estaria atuando no centro das subjetividades humanas, administrando a percepção, a cognição e as sensações presentes nas relações dos sujeitos com o mundo, com os outros e consigo mesmo, assim como, nos modos desejantes de se compor com a vida.

Frente a esse mapeamento dos significados atribuídos às sexualidades e aos gêneros, a cultura dominante tenta a todo instante fazer com que as vivências das sexualidades sejam problematizadas em sua associação com as expressões de gênero, quando na verdade isto é um equívoco. Por exemplo: uma mulher pode ter uma aparência masculinizada e ser passiva em uma relação heterossexual; outra pode ser extremamente feminina e lésbica, podendo ser passiva nas relações interpessoais e ativa na vida sexual. Da mesma forma, um homem pode ser bastante masculinizado e homossexual; um jovem pode ser intensamente feminino no espaço público, e na intimidade ser ativo nas relações sexuais, ou ainda, ter uma orientação bissexual; ou ainda, uma pessoa pode ser travesti e não gostar de ser passiva em suas relações sexuais. O que podemos contar é que nenhuma pessoa uniformemente é 100% masculina/feminina, ou ainda, heterossexual, homossexual, bissexual, mas, em nossa sociedade temos uma tendência à vigilância e ao controle de tudo que de alguma

forma defira de nós mesmos e dos modelos binários universais. Esse rigor da subjetividade heterossexualizadora — máquina de produção de sujeitas e sujeitos heterossexuais — faz de nós policiais das sexualidades e juizes da moral e dos bons costumes, contribuindo para o aumento da discriminação sexual, do machismo, do racismo, da misoginia, da homofobia, lésbofobia e transfobia e da intolerância para com as diferenças.

Como pontuado no início de nosso texto, as questões que solicitam problematizações relacionadas com as homossexualidades são muitas, e não seria possível contemplá-las em apenas algumas páginas, mas, gostaríamos ainda de problematizar a respeito de um último tema, que diz respeito a PCR – Parceria Civil Registrada, que por sua vez traz em seu bojo as questões ligadas à homoparentalidade e à adoção de crianças por casais homossexuais.

Em 1995, a então deputada federal Marta Suplicy, propôs o projeto de lei 1151/95, que buscava equiparação de direitos entre casais homossexuais e heterossexuais, conhecido com o nome de parceria civil. O projeto esteve na eminência de entrar na pauta no plenário da câmara federal em 2001, mas, segundo deputados simpatizantes ao movimento homossexual, dificilmente o mesmo passaria pelas barreiras organizadas pelas bancadas evangélicas e católicas, propondo e efetivando a retirada de pauta, pelo menos naquele momento.

Paralelamente às resistências partidárias, o próprio movimento homossexual passa a reivindicar a contemplação de direitos que possibilitassem também a adoção de crianças por pessoas/casais LGBTTTI, assim como, o reconhecimento de parentalidades de casais homossexuais, conforme já registrados por pesquisas realizadas por Luiz Melo (2005), Mirian Grossi (2003), Fernanda Cardoso (2007), Maria Berenice Dias (2001), Anna Paula Uziel (2007) entre outros.

Essas resistências de grupos conservadores e moralistas apenas mascaram ou encobrem a realidade vivida por milhares e milhares de pessoas que vivem em situação de conjugalidade dissidente ao modelo heterossexual universal e que em decorrência da ausência de leis e políticas inclusivas, se deparam com a exclusão de direitos e de acesso a bens e serviços que reconheçam as parcerias de convivência entre pessoas LGBTTTI, que constroem seus patrimônios e seus sonhos de amor e liberdade.

Essas questões nos remetem à necessidade de uma reflexão mais apurada a respeito da construção de relações humanas que solicitem a inclusão na pauta de benefícios e direitos dentro de uma sociedade que se diga justa, igualitária e solidária, e que se acredite regida pelos princípios democráticos de direitos. Aqui as escolas teriam importante contribuição se dispusessem a problematizar a respeito das relações humanas de fato, ou seja, de acompanhar as mudanças contemporâneas e as novas demandas trans-contemporâneas que pedem passagem e se atualizam como visão ampliada do que se poderia chamar “humano”.

Seguindo essa lógica, trazemos uma indagação sobre esse cenário contemporâneo que tenta negar a presença forte e intensa de pessoas de orientação homossexual, que cada vez mais ganha visibilidade no movimento social e que contribui com a construção desse país, nas mais variadas esferas de produção intelectual, artística e cultural, e que solicita uma discussão séria e comprometida sobre as famílias gays, lésbicas, travestis e transexuais no Brasil.

Algumas discussões pertinentes na literatura nos levam a problematizar junto com Judith Butler (2003a): “o parentesco é sempre tido como heterossexual?”. Encontramos grupos divergentes que ora respondem que sim, ora respondem que não. Os grupos que insistem em radicalizar com as premissas da heterossexualidade/heteronormatividade vêem a homossexualidade como uma afronta e uma ameaça aos modelos normativos que foram construídos em épocas históricas muito distantes das demandas contemporâneas, mas que por serem viciados em identidades/verdades resistem intensamente a enxergar a realidade contemporânea, exercendo seu fascismo de acreditar e defender a idéia de que *o mundo gira apenas em torno de seu próprio umbigo*. Já os grupos que problematizam os dogmas da heterossexualidade propõem avanços nas discussões no sentido de expandir seus universos de referências e construir uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, que contemple as diferenças e promova a construção da cidadania, no sentido de dar voz e direitos às pessoas para que esclareçam a respeito de suas reais necessidades de existência e felicidade.

Em outro artigo publicado por Mirian Grossi (2003), a autora elenca a pergunta: “como ter um filho sendo homossexual?”. Sua pesquisa bibliográfica apresenta as seguintes formas de filiação:

1. Os filhos podem ser fruto de relações heterossexuais anteriores, antes de seus pais darem conta de suas homossexualidades;
2. Adoção realizada por um dos parceiros – na época do artigo, apenas a Holanda reconhecia a adoção por casais homossexuais, sendo seguido na atualidade por outros países, como Espanha, França e Inglaterra. No Brasil, algumas jurisprudências começam a ganhar expressividade, decorrentes do famoso caso veiculado pela mídia, após a morte da cantora Cássia Eller, que acabou dando ganho de causa à sua companheira que ficou com a guarda do filho, em detrimento das reivindicações dos avós paternos;
3. Procriação com um terceiro na relação do casal homossexual, apropriando-se das modernas tecnologias reprodutivas (inseminação artificial com doador desconhecido para lésbicas e barriga de aluguel para gays);
4. Co-parentalidade de acordos estabelecidas entre gays e lésbicas, que podem ser tanto de dois casais, como entre um casal de lésbicas e um gay e/ou vice versa.

Essas constatações nos levam a problematizar a respeito das crianças que frequentam escolas e outros espaços de socialização. Como as escolas vêm reagindo frente a essa demanda de crianças que são filhos de casais homossexuais? A escola parece estar se negando a assimilar essas questões, reificando as exclusões vividas por essas pessoas, ao invés de se tornar um veículo de respeito, da inclusão e da revisão de conceitos que se encontram em construção permanente.

Acreditamos que uma reflexão política mais comprometida com a democracia e a promoção de uma cultura da paz pelas escolas possa orientar a respeito da criação de dispositivos de diálogo e respeitabilidade para com as dissidências sexuais e de gênero que efetivamente se coloquem frente à promoção de estratégias que combatam o racismo, o machismo, a misoginia, as violências de gênero, a homofobia, a lésbofobia e a transfobia, e oxalá, possamos encontrar pessoas mais felizes, com acesso à bens e serviços de qualidade, à educação inclusiva, no qual as sexualidades e os gêneros deixem de serem referências policiais de controle dos corpos e dos prazeres.

Para concluir, gostaríamos de fazer uma citação de um texto de René Scherer:

Longe de se fechar sobre 'o mesmo', a homossexualidade vai se abrir para todas as novas relações possíveis, micrológicas ou micropsíquicas, essencialmente reversíveis, transversais com tantos sexos forem os arranjos [...] Não se trata mais de ser nem homem, nem mulher, mas de inventar sexos, assim como um homossexual homem pode encontrar em uma mulher os prazeres que um homem lhe daria e inversamente (SCHERER, 1999:152).

**Resumo:** Este artigo está dividido em três partes, assim denominado: 1. Pequeno panorama teórico conceitual - no qual apresento algumas discussões conceituais a respeito dos estudos sobre sexualidades e gêneros, a emergência das práticas de bullying e em especial, do bullying transfóbico, lesbofóbico e homofóbico exercido sobre LGBTTI – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais; 2. Cenas de Violências Anunciadas: os corpos que não importam - no qual apresento algumas cenas, discursos e situações que dizem respeito às experiências discriminatórias vividas por LGBTTI no espaço escolar; 3. Problematizações a respeito da relação escolas e população LGBTTI - em que à luz das referências teóricas apresentadas e das cenas, discursos e imagens ilustradas ousamos realizar algumas problematizações a respeito de possibilidades de diálogos que favoreçam a emergência de uma escola “mais” laica e respeitosa com as expressões da diferença, atendida com seu tempo e as demandas sociais, sexuais, raciais, geracionais, políticas, culturais e de gênero que se expressam na trans-contemporaneidade.

**Palavras-chave:** lesbofobias, homofobias, transfobias, escola.

**Abstract:** This paper is divided in three parts: 1. Brief conceptual and theoretical overview – in which I will present some conceptual discussions regarding sexuality and gender studies, the emergence of bullying and, in particular, the trans, homo and lesbophobic bullying upon LGBTTI people (lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex); 2. Announced Violent Scenes: the bodies that do not matter - in which I present some scenes, discourses and situations related to discriminatory acts experienced by LGBTTI in school; 3. Problematizing about the relationship between schools and LGBTTI population - in which, based upon the theoretical references presented and, the scenes, discourses and images illustrated, we dare to problematize about possibilities for dialoguing in attempting to promote the emergence of a school “more” secular and respectful with the expressions of differences. That is, a school “tuned” with its present and social, sexual, racial, generational, political, cultural and gender demands that are expressed in the trans-contemporaneity.

**Keywords:** lesbophobicias, transphobias, homophobia, school.

## Referências

- ALMEIDA, Vagner; RIOS, Felipe; PARKER, Richard. *Ditos e Ritos de Jovens Gays*. Rio de Janeiro: ABIA, 2002.
- BORILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.
- BUTLER, Judith. *O parentesco é sempre tido como heterossexual?* Campinas, Cadernos Pagu, 2003(a).
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003(b).
- CARDOSO, Fernanda. Performatividades de Gênero, Performatividades de Parentesco: notas de um estudo sobre travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. In: GROSSI, Miriam; MELO, Luiz & UZIEL, Anna Paula (Orgs). *Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007.
- CASTAÑEDA, Marina. *A Experiência Homossexual: Explicações e Conselhos para os Homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.
- DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. v. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- DIAS, Maria Berenice. *União homossexual, preconceito e justiça*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- ERIBON, Didier - *Reflexiones sobre la cuestión gay*. Barcelona: Anagrama, 2001.
- FANTE, Cléo. *Fenômeno Bullying – Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. 2.ed.. Campinas: Veros Editora, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Historia da Loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988.
- GROSSI, Miriam & PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- GROSSI, Miriam. *Gênero e Parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil*. Campinas, cadernos pagu n.21, p.261-280, 2003.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009.
- LAURETIS, Teresa. Tecnologias de Gênero. In: LAURETIS, Teresa – *Diferencias*. Madrid: Horas y Horas Editores, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. *Sexualidade, Gênero e Educação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- MELO, Luiz. *Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.
- MOTT, Luiz. *Pesquisa sobre assassinatos de LGBT no Brasil em 2010*. Boletim epidemiológico do Programa Nacional de DST/AIDS e HEPATITE do Ministério da Saúde do Brasil. Clipping internet.
- PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009.
- REGINA, Elis. As aparências enganam. In: *Essa Mulher*. (Sergio Natureza/Tunai). Rio de Janeiro: Polygram, 1979.
- RODRIGUEZ, Félix. *Diccionario gay-lésbico*. Vocabulario general y argot de la homosexualidad. Madrid: Gredos, 2008.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidad obligatoria y existencia lesbiana. Tradução de María Soledad Sánchez Gómez. In: \_\_\_\_\_. *Sangre, pan y poesía: prosa escogida: 1979-1985*, p. 41-86. Icaria: Barcelona, 1986.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la "economía política" del sexo. *Revista Nueva Antropología*. v. VIII, n. 30. México, 1986.

SCHÉRER, René. *Deleuze e a questão homossexual – uma via não platônica da verdade*. Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, n. 7 janeiro/abril, 1999.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando; MARRETTO, Carina; BESSA, Juliana. Homofobia e Vulnerabilidades de adolescentes LGBT no Contexto Escolar. *Revista de Educação e Pesquisa*. São Paulo: USP (no prelo)

TIN, Louis Georges. *Dictionnaire de l'homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

UZIEL, Anna Paula. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007.

VIÑUALES, Olga. *Lesbofobia*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2002.

Recebido em junho de 2011

Aprovado em agosto de 2011

**Demanda Contínua**

---